

HABEAS CORPUS Nº 516.704 - SP (2019/0178018-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : WALCILLIO LINO DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WALCILLIO LINO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* (fls. 1/5) impetrado, de próprio punho, por WALCILLIO LINO DOS SANTOS, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o Tribunal do Júri (Processo n. 0002840-21.2014.8.26.0445) condenou o ora paciente à pena de 23 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, por incurso no art. 121, § 2.º, incisos IV e V, do Código Penal (fls. 29/34).

Irresignada, a defesa interpôs apelação criminal na Corte de origem, que a ela negou provimento (fls. 35/42).

O acórdão transitou em julgado (fl. 27) e o paciente deu início à execução definitiva da sua pena.

No presente *writ*, o impetrante / paciente alega que não existiriam provas para sustentar o juízo de condenação contra ele proferido.

Ao final, requer a sua absolvição nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo requereu a concessão da ordem, de ofício, conforme postulado pelo paciente ou, subsidiariamente, que a inicial do *writ* seja encaminhada ao TJ/SP para formação de expediente de revisão criminal em favor do mesmo (fls. 82/84).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da

ordem (fls. 88/89). Contudo reiterou o pedido da Defensoria de que a petição inicial deste *mandamus* fosse encaminhada ao TJ/SP para formação de expediente de revisão criminal (fls. 88/89).

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

O impetrante / paciente sustenta que não há respaldo probatório suficiente para a sua condenação.

Porém, do acórdão impugnado consta que "*a decisão recorrida está motivada e retrata a vontade dos jurados, que decidiram com base nas provas apresentadas, acolhendo as teses acusatórias, em conclusões não abaladas pelas razões recursais*" (fl. 37).

Ficou consignado, ademais, que "*optando os jurados por uma das versões existentes no processo, decidem com apoio nas provas e nos exatos termos de sua competência constitucional, não podendo o Tribunal dizer qual prova é a melhor*" (fl. 40).

Assim, havendo a Corte de origem concluído que a decisão dos jurados não era manifestamente contrária à prova dos autos, a reforma desse juízo de fato, para absolver o paciente ou para cassar a decisão de primeiro grau, por óbvio, demandaria reexame probatório, a que esta via estreita do *habeas corpus* não se presta.

Sobre o tema:

HABEAS CORPUS. PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO EM CONCURSO MATERIAL COM TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO. REEXAME FÁTICO. READEQUAÇÃO DA PENA. INCIDÊNCIA DA CONFISSÃO QUALIFICADA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E,

NESSA EXTENSÃO, CONCEDIDA.

1. *Para inverter a conclusão do julgado, no qual está consignada a existência de vertente probatória escolhida pelos Jurados, seria inevitável nova incursão no arcabouço probatório, providência indevida no espectro de cognição do habeas corpus.*

2. *Constatada, pela mera leitura do decisum, a existência de duas versões, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Precedentes do STJ.*

[...]

6. *Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa extensão, concedida para reconhecer a existência da atenuante da confissão qualificada e readequar a pena ao patamar de 18 (dezoito) anos de reclusão, mantido o regime inicial fechado. (HC 478.741/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 5/2/2019, DJe 20/2/2019)*

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO TENTADO. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO DO RÉU E DE DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA LESÃO CORPORAL LEVE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. DOSIMETRIA. PERSONALIDADE DETURPADA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NA FIXAÇÃO DA PENA-BASE. REDUÇÃO DA REPRIMENDA PELA TENTATIVA EM 1/3 MANTIDA. ITER CRIMINIS PERCORRIDO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. *Se as instâncias ordinárias, mediante a valoração do acervo probatório produzido nos autos, entenderam, de forma fundamentada, ser o réu autor do delito descrito na exordial acusatória, além de terem reconhecido o animus necandi do agente, a análise das alegações concernentes aos pleitos de absolvição e de desclassificação da conduta para o crime de lesão corporal demandaria exame detido de provas, inviável em sede de writ.*

3. *A hipótese versa sobre decreto condenatório transitado em julgado, no qual o júri, no exercício de sua soberania constitucional, reconheceu a materialidade e autoria delitivas, sem que tenha sido comprovada, ainda no julgamento do apelo*

Superior Tribunal de Justiça

defensivo, a ocorrência de julgamento contrário à prova dos autos. Além disso, conforme o pontuado no acórdão proferido pela Corte de origem, não parece razoável admitir que a revisão criminal seja utilizada como um segundo recurso de apelação, reabrindo a discussão sobre a higidez dos elementos probatórios produzidos durante a persecução penal.

[...]

9. Writ não conhecido. (HC 424.461/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 20/3/2018, DJe 26/3/2018)

Em consequência, as pretensões formuladas pelo impetrante são incabíveis e encontram óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Determino, como sugerido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, e ratificado pelo Ministério Público Federal, a remessa de cópia dos autos ao Tribunal de origem para que verifique a possibilidade de processar o pleito como revisão criminal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator